

FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI E AS REDES DE DROGAS ILÍCITAS

the border Brazil/Paraguay in the network of illicit drugs

Vanderleia Gemelli ¹
Edson Belo Clemente de Souza ²



Resumo

O presente artigo constitui-se num desdobramento da pesquisa de mestrado intitulada “As Drogas Ilícitas na Região de Fronteira entre Brasil e Paraguai: uma análise das redes geográficas ilegais do tráfico”, realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Neste presente trabalho, o objetivo central é analisar a dinâmica da fronteira do Brasil com o Paraguai a partir dos fluxos de drogas ilícitas traficadas. A atividade de tráfico de tais drogas ilícitas evidencia a criminalidade nessa região de fronteira, constituindo e construindo, através de sua movimentação, uma complexa rede ilegal pelo território. Para tanto, privilegia-se a abordagem das redes geográficas na compreensão da dinâmica espacial fronteiriça, haja vista a formação de redes do tráfico de drogas ilícitas. A obtenção de dados junto a órgãos oficiais sustentará a pesquisa, evidenciando a relevância do estudo da atividade ilegal na dinâmica fronteiriça.

Palavras-chave: Fronteira Brasil/Paraguai, Redes ilegais, Estado.

Abstract

This article constitutes a split of master’s research entitled “The Illicit Drugs in the Border Region of Paraguay and Brazil: an analysis of geographical networks of illegal trafficking”, held with the support of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel – CAPES. In this work, the main objective is to analyze the dynamics of the border between Brazil and Paraguay from the flow of illicit drugs trade. The activity of such illicit drug trade shows up the criminality in that border region, constituting and constructing, through its movement, a complex illegal network by the territory. For this purpose, emphasis is placed on geographic network approach in understanding the border spatial dynamics, due to the formation of illicit drugs networks. Obtaining data from the official agencies will support the research, emphasizing the relevance of the study of the illegal activity on the border dynamics.

Key words: Brazil/Paraguay Border, Illegal Networks, State.

Resumen

El presente artículo se constituye en un desdoblamiento de la investigación de maestría intitulada “Las Drogas Ilícitas en la Región de Frontera entre Brasil y Paraguay: una análisis de las redes geográficas ilegales del tráfico”, realizada con el apoyo de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior - CAPES. En este trabajo, el objetivo central es analizar la dinámica de la frontera de Brasil con Paraguay partiendo de los flujos de drogas ilícitas traficadas. La actividad de tráfico de tales drogas ilícitas evidencia la criminalidad en esa región de frontera, constituyendo y construyendo, a través de su movimiento, una compleja red ilegal por el territorio. Para tanto, se privilegia el abordaje de las redes geográficas en la comprensión de la dinámica espacial fronteriza, debido a la formación de redes del tráfico de drogas ilícitas. La obtención de datos junto a órganos oficiales sustentará la investigación, evidenciando la relevancia del estudio de la actividad ilegal en la dinámica fronteriza.

Palabras clave: Frontera Brasil/Paraguay, Redes Ilegales, Estado.:

(1) Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Rua Maringá, nº 1220, Bairro Vila Nova – CEP 85605-010, Francisco Beltrão (PR), Brasil. Tel: (+55 46) 3520-4848 – leiagemelli@yahoo.com.br

(2) Pesquisador CNPq e Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Rua Pernambuco, nº 1777 – CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon (PR), Brasil. Tel: (+55 45) 3284-7878 – ebelo2003@yahoo.co.br



INTRODUÇÃO

Estudar as fronteiras exige amplo campo de reflexão, haja vista que se trata de lugares dotados de especificidades e de particularidades próprias de sua localização geográfica e da interação existente entre o local e o global, onde se criam territórios de cooperação e complementaridade, mas também de conflitos. Essa realidade se dá em função do grande fluxo existente, seja de pessoas, de capitais, de informações, de dinheiro, de mercadorias lícitas e ilícitas, etc.

No final do século XX, com o avanço do processo de globalização, a intensificação da mundialização do capital e os crescentes fluxos proporcionados pelas inovações no campo da informação, das telecomunicações, dos transportes, etc., fizeram cogitar-se a ideia de que as fronteiras em qualquer escala teriam acabado. Tratava-se agora de “um mundo sem fronteiras”, por onde o capital se deslocava com facilidade.

Essa ideia, no entanto, logo se desfez, pois, com a intensa e crescente transnacionalização não houve o desaparecimento das fronteiras, mas, sim, sua afirmação, uma vez que “[...] os avançados estágios de transnacionalização não extinguiram os Estados territoriais e suas fronteiras, mas coadjuvam novas configurações territoriais próprias e inerentes ao atual período” (FURQUIM JUNIOR, 2007, p. 1).

Nesse sentido, a intensidade dos fluxos entre os mais diferentes pontos do globo terrestre não fez com que os espaços se tornassem homogêneos. Do contrário, fez com que as diferenças se acentuassem, pois o desenvolvimento social e econômico, os fluxos, a informação, dentre outros elementos, não são distribuídos de maneira uniforme pelo espaço. Dessa forma, não podemos falar num mundo homogêneo, num mundo sem fronteiras que dividam as diferenças culturais, sociais e econômicas.

As fronteiras não desapareceram. Ocorre que, na atualidade, tais fronteiras adquirem novos significados, novos valores, que condizem com seu momento histórico e com as características sempre mutantes que a sociedade, em sua evolução, imprime no espaço geográfico. Tais características afirmam-se cada vez mais, garantindo maior dinamicidade ao território e o remodelamento constante.

Ressalta-se que fronteiras, aqui, não estão ligadas somente à noção de Estado, mas englobam também outros contextos, de caráter simbólico, cultural, social, além do caráter oficial propriamente dito, como será apontado na revisão conceitual. Maior espectro conceitual poderá ser visto em Souza & Gemelli (2011).

A região de fronteira entre Brasil e Paraguai, por exemplo, constitui-se num espaço de inúmeras formas de interação, com identidades próprias, significados, valores e territorialidades diversas que a caracterizam e afirmam como fronteira, contrariando a falácia do fim das fronteiras.

O presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da fronteira do Brasil com o Paraguai a partir dos fluxos de drogas ilícitas traficadas. O território construído pelos traficantes exige que o Estado crie novas estratégias de ação para coibir o crescente aumento do tráfico dessas mercadorias.

Metodologicamente, o artigo privilegiou uma bibliografia que abordasse as redes territoriais, considerando que o movimento das drogas ilícitas não prescinde das redes em termos de distribuição e de organização. Também foram utilizados dados de apreensões de drogas pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) do Paraguai e da Polícia Rodoviária Federal do Brasil. Levantamentos de alguns programas do Estado brasileiro de combate às drogas em áreas de fronteira também foram analisados para compreender essa realidade da nossa sociedade e para conhecer a atuação do Estado em termos de políticas de segurança em áreas fronteiriças. Várias matérias e reportagens da imprensa regional subsidiaram a realidade do tráfico de drogas na fronteira.

O texto está dividido na seguinte ordem: Além desta breve introdução, faz-se também uma abordagem para a compreensão do tema da fronteira e o seu significado conceitual. Em seguida uma caracterização da fronteira Brasil/Paraguai. Depois é comentada a relevância das redes geográficas como uma categoria de interpretação do inerente uso desse arranjo espacial para o êxito

dessa atividade, em termos de organização e distribuição. Segue-se uma menção aos programas e às respectivas ações que o Estado tem empreendido para combater o tráfico de drogas e, por último, apresentamos nossas considerações finais.

O CONCEITO DE FRONTEIRA

Assim como outros conceitos geográficos, e de outras ciências, o conceito de fronteira não possui uma definição pronta e acabada, pois está sempre em construção, acompanhando o próprio movimento de construção e de reconstrução da sociedade.

Vivemos num período em que não há o fim das fronteiras, dos territórios e da própria Geografia, mas num período de ressignificação dos mesmos conceitos, em que alguns mecanismos de regulação e de transformação dos territórios são novos e, por vezes, incômodos aos mecanismos oficiais de controle. Destaca-se a atividade ilegal como o tráfico de drogas, que se sobrepõe à soberania estatal, criando mecanismos de regulação próprios, os quais, conseqüentemente, transformam o território, impondo-lhe características novas. Ressalta-se, ainda, que tal atividade se desenvolve principalmente nas áreas de fronteiras internacionais, haja vista que a fiscalização e a coibição nem sempre conseguem cobrir toda a extensão das fronteiras, conseqüentemente com resultados pífios diante da realidade do tráfico.

Cabe aqui distinguir as fronteiras em dois tipos, as materiais e as imateriais, sendo as primeiras aquelas institucionalmente delimitadas e representadas nos mapas, enquanto as outras representam as fronteiras criadas pela construção do imaginário social, sendo fronteiras criadas simbolicamente, porém não oficializadas pelos Estados.

Existem, assim, de acordo com Mélo (apud CASTELLO, 1997, p. 69):

Fronteiras econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas, do conhecimento, que separam indivíduos, grupos sociais, culturas e nações, mesmo que esses atores se encontrem na presença de um mesmo espaço físico-geográfico.

As fronteiras podem assim ser interpretadas de diversas formas, dependendo de quem as analisa. Para as comunidades fronteiriças, por exemplo, que vivenciam a ambigüidade de duas lógicas, as fronteiras representam:

[...] espaços nos quais o local e o internacional se articulam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídas e reforçadas pelos povos fronteiriços. Neles estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos, que constrói, reelabora e constitui uma outra cultura e identidade diferenciada, capaz de recriar um novo lugar, com aspectos regionais. São regiões que não respeitam as barreiras existentes, já que há ação e integração dos agentes fronteiriços, estimulando dinâmicas fronteiriças informais. (SOUZA, 2009, p. 5).

Para quem vive na fronteira, portanto, ela representa uma região única, onde o limite internacional não impede a livre fluência entre os dois lados.

Já para os governos de ambos os lados da fronteira, destaca-se aqui a fronteira do Brasil com o Paraguai em estudo, percebe-se que essa região é diacrônica sob os pontos de vista histórico, econômico, social e cultural, pontos de vista reafirmados por políticas diferenciadas que englobam os territórios separados. Assim, portanto, a tomada de decisões nessa região é fragmentada, e

[...] a ausência de qualquer tipo de instituição regional, trinacional ou no âmbito dos dois países faz com que a tomada de decisões seja fragmentada e que não se formulem estratégias que priorizem ações para o desenvolvimento do território. O caminho a enfrentar passa necessariamente por pactos ou contratos de cooperação específicos a partir de objetivos comuns, mediante uma articulação política entre o comando central desses países (esfera federal), complementada pelas esferas dos estados e municípios,

porém totalmente pautada no amplo conhecimento da realidade local e na aceitação e participação dos agentes locais. (IPARDES, 2008, p. 63).

A discussão de fronteiras possui, assim, importante respaldo, haja vista que as fronteiras representam tanto as relações do Estado com o território, bem como relações para além do âmbito estatal, que envolvem outras esferas, simbólicas, culturais e até ilegais, mas sempre com um elemento em comum, as relações de poder.

A FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

No caso do Brasil, com a criação da Faixa de Fronteira através da Constituição de 1891, passa-se a ter uma nova concepção de fronteira. Dessa época em diante há uma maior preocupação com a necessidade da criação de políticas públicas territoriais voltadas para essas áreas, que possuem características peculiares com relação ao restante do território, tais como os imensos fluxos transfronteiriços de pessoas, informações, ideias, capitais, mercadorias lícitas e ilícitas etc.

Desde sua criação na Constituição de 1891, a faixa de fronteira passou por algumas reformulações nas constituições posteriores. Na Constituição de 1934 manteve-se a delimitação da constituição anterior, de 66 km ao longo do limite fronteiro internacional brasileiro. A Constituição de 1937 ampliou a abrangência da Faixa de Fronteira para 150 km a partir do limite internacional e tal delimitação permaneceu nas Constituições posteriores, de 1946 e 1988, respeitando o recorte municipal.

A faixa de fronteira representa, assim, uma porção do território oficialmente delimitada como fronteira internacionalmente. Para além da faixa de fronteira, há também a zona de fronteira que é formada pela contiguidade das faixas de fronteiras de países fronteiros.

Nesse sentido, as fronteiras constituem-se por faixas e podem ser habitadas, possuindo zonas contíguas a elas, enquanto que os limites são como linhas e, portanto, não podem ser habitadas. Quanto às zonas de fronteira densamente povoadas, estas propiciam maior intensidade de fluxos e de processos de integração entre as populações de países fronteiros, mas também apresentam disparidades, como as distintas ações de cada Estado, as assimetrias de poder dos governos, a cobrança de impostos, os serviços públicos ofertados, a infraestrutura, o serviço militar etc.

Segundo Martin (1994), para além de todas essas diferenças existentes, nessas zonas chocam-se “[...] o direito de ir e vir e o princípio da soberania dos Estados. É a esfera da política que decidirá se o Estado irá incentivar ou dificultar o intercâmbio com os vizinhos” (p. 47). Ou seja, a integração entre populações fronteiriças se dá até certo ponto, considerando que a ação estatal pode interferir nesse espaço, ora criando proximidade, ora criando divergências, mesmo que indiretamente.

De acordo com estudo realizado por Machado (2005) em parceria com o Ministério da Integração Nacional (2005), verificou-se que, ao longo de todo o limite terrestre internacional do Brasil, há diversas situações e diferentes tipologias de interações fronteiriças.

No que se refere à tipologia de interação fronteira entre Brasil e Paraguai, esta se caracteriza por “sinapse”. Esse modelo ou tipologia é aplicado em situações de fronteira onde há intensa troca entre as populações.

Atualmente, segundo Furquim Junior (2007), cerca de 2.532.900 km² do território nacional são componentes da Faixa de Fronteira. Essa faixa, em toda sua extensão, ocupa aproximadamente 27% do território nacional, onde vivem cerca de 10 milhões de pessoas, num total de 588 municípios de 11 estados brasileiros.

Ainda de acordo com o Ministério da Integração Nacional (2005), considerando toda a extensão da Faixa de Fronteira brasileira, é na fronteira Brasil/Paraguai que se verifica o maior número de fluxos transnacionais e onde há uma dinamicidade maior, ou seja, onde as interações fronteiriças são maiores. A dinâmica nessa região de fronteira é muito mais intensa que no restante da fronteira

internacional do Brasil, característico da tipologia de interação fronteiriça do tipo sinapse que

[...] aponta para um regime fronteiriço amplo, onde não é incomum a criação de assimetrias espaciais, caso da fronteira do Cone Sul-mato-grossense e do Paraná com o Paraguai (Departamentos de Canindeyú e Alto Paraná). (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2005, p. 147).

Dentro desse contexto, de acordo com o Delegado da Polícia Federal, Antonio Celso dos Santos, o Paraguai é grande produtor de maconha, e de qualidade: “Os usuários do Brasil preferem a maconha paraguaia até pela qualidade, pois ela tem concentração maior de THC do que a produzida no Brasil” (QUANTIDADE DE MACONHA, 2011, p. 22). Além disso, o Paraguai tem se tornado rota de passagem de cocaína da Colômbia, da Bolívia e de outros países, diz o delegado:

Estão usando muito o Paraguai como passagem de cocaína e drogas derivadas, como o crack, para o território brasileiro, até pela posição geográfica. Eles aproveitam a vasta fronteira seca com o Paraguai e atravessam a droga para o Brasil. Hoje, talvez o Paraguai esteja se tornando uma das principais rotas de passagem de drogas da América do Sul para o Brasil. (QUANTIDADE DE MACONHA, 2011, p. 23).

Não só a fronteira seca beneficia a passagem de drogas ilícitas, mas também a grande extensão do Lago de Itaipu. São 1.350 km² de superfície constituindo um grande território do tráfico, especialmente à noite. A condição da natureza do território é favorável à prática do contrabando, dificultando a fiscalização policial e deixando por vezes alguns “pontos descobertos” (sem fiscalização).

A particularidade dessa região de fronteira, que ocorre em múltiplas escalas - local, regional, nacional e internacional - permite-nos interpretá-la por meio das redes geográficas ilegais.

REDES GEOGRÁFICAS ILEGAIS NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

Nas regiões de fronteira, o papel das redes geográficas ganha destaque. Rede é entendida aqui como “[...] um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (CORRÊA, 1997, p. 11).

Tais redes se enquadram em duas grandes matrizes, a da materialidade (concretas) e da imaterialidade (abstratas), e representam formas específicas de organização/articulação, podendo-se encontrar organização/articulação do tipo social (entre grupos, instituições, firmas etc.), urbana, econômica, política, técnica e transnacional e suas combinações. Neste último caso da transnacional, a articulação pode se dar na esfera da legalidade ou da ilegalidade.

De acordo com Curien (1988, p. 212 apud SANTOS, 1996, p. 209), a rede representa

[...] toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação.

Santos (1996, p. 209), no entanto, também coloca que a rede

[...] é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração.

Essas características da rede ratificam seu caráter tanto concreto como abstrato, uma vez que não representa apenas a materialidade, mas também as relações, os fluxos e a circulação pelo espaço e, conseqüentemente, pelo território.

No processo de globalização, as redes se tornam cada vez mais evidentes, como aquelas responsáveis pela conexão de diferentes pontos do espaço geográfico, nas mais diversas distâncias. A rede assim, segundo Dias (2003), constitui-se em instrumento que permite a circulação de tecnologias,

de capitais, de matérias-primas, dentre outros itens, e a comunicação, por todo o espaço geográfico.

Quanto à sua constituição, a rede não é estática. Ao contrário, ela está em constante movimento e acompanha as mudanças do espaço geográfico, reconfigurando-se constantemente, conforme explica Raffestin (1993, p. 204):

A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder.

A rede está diretamente relacionada à formação de territórios. Possui, portanto, relação direta com a noção de poder. Dentro desse contexto, as redes tomam lugar de destaque e representam uma forma privilegiada de representar a contemporaneidade, pela conexidade e pela fluidez que representam em virtude de os fluxos de toda ordem tornarem-se cada vez mais espessos.

Na fronteira entre Brasil e Paraguai, percebe-se a constituição de uma rede por meio do fluxo de circulação de drogas ilícitas, rede que articula diferentes pontos do espaço geográfico, numa complexa trama de relações para além do limite nacional. Inclui-se aqui a noção de redes ilegais, como característica dessas relações.

A partir do estudo dos ilícitos, Machado (2007, p. 13) traz um novo elemento para a discussão referente às redes ilegais da produção e comercialização de drogas, o qual merece destaque. Trata-se da “[...] distinção ente os circuitos superiores e inferiores de inserção no tráfico de drogas [...], à semelhança dos dois circuitos da economia urbana propostos por Milton Santos” (1979).

Nesse caso, assim como nos circuitos da economia urbana, o circuito superior das drogas “[...] engloba os níveis decisórios das organizações e proto-organizações que criam, operam e administram negócios ilegais voltados para o mercado internacional” (MACHADO, 2007, p. 13). Nesse circuito estão presentes os grandes “chefes” do narcotráfico, capazes de coordenar a produção e a movimentação da droga em operações de ampla escala.

O circuito superior é representado também, ainda conforme Machado (2007, p. 13), por “[...] indivíduos e/ou firmas de capitais comerciais, industriais e financeiros externos à região produtora, prontos a financiar produtores rurais e laboratórios de processamento”.

Por outro lado, os circuitos inferiores do tráfico de drogas ilícitas congregam aqueles indivíduos que estão envolvidos diretamente no cultivo da droga, sendo também responsáveis pelo transporte e pela circulação do produto pelas redes ilegais.

Ambos os circuitos se complementam, sendo um necessário para a existência e sobrevivência do outro. Quanto às diferenças entre ambos, percebe-se que, embora o circuito superior das drogas apresente uma lucratividade exponencialmente maior, envolve um número muito menor de indivíduos, enquanto que o circuito inferior, embora agregue um maior número de pessoas, apresenta uma rentabilidade menor por indivíduo.

Enquanto o circuito superior das drogas coordena atividades em ampla escala, de nível global, envolvendo grandes somas de dinheiro, o circuito inferior engloba atividades de nível mais restrito, em escala local, envolvendo pequenas somas se comparadas às do outro circuito.

Quanto à predominância dos circuitos, defini-los torna-se relativo, pois depende da localização geográfica a que está se referindo, uma vez que existem as regiões produtoras, as de transporte e circulação, e as receptoras de drogas.

O tráfico e o consumo de drogas no Brasil é uma realidade, sendo atividades evidenciadas pelas estatísticas em crescimento. A fronteira contígua com os maiores produtores de folha de coca e maconha do mundo é um dos elementos que contribui para o crescimento dessa atividade ilegal, que se articula numa logística transfronteiriça.

De um total de quase 17 mil quilômetros de fronteira terrestre, cerca de aproximadamente 11

mil quilômetros dessa extensão ligam o Brasil aos três maiores produtores de cocaína do mundo, que são Peru, Bolívia e Colômbia, e ao maior produtor de maconha da América Latina, de acordo com o Escritório das Nações Unidas para Crime e Drogas (maiores informações em <www.unodc.org>), o Paraguai. Nesse país, o trabalho de repressão tem sido intenso, conforme Quadro 1:

Quadro 1: Comparativo de drogas apreendidas pelo Senad

Tipos de drogas	Ano 2010	Ano 2011 (até 16.12)
Maconha plantada	3.040.500 kg	2.043.000 kg
Maconha prensada	129.693,215 kg	390.494,107 kg
Haxixe	21,635 kg	3,791 kg
Semilla	4.55,078 kg	5.366,007 kg
Cocaína	1.409,412 kg	1.425,005 kg
Crack	3,754 kg	3,108 kg
Heroína	1,461 kg	0

Fonte: Senad, 2011.

Em 2011 foram apreendidos 390.494 quilos de maconha prensada, pronta para exportação. A quantidade supera a de 2010 em 260.801 quilos. Outro número que aumentou foi o de cocaína, pois em 2011 os agentes do Senad apreenderam 1.425 quilos contra 1.409 de 2010.

As maiores apreensões ocorreram nos Departamentos de Misiones e Concepcion, no Paraguai, fronteiras com a Argentina e Brasil, respectivamente. A segunda maior apreensão ocorreu em Salto del Guairá, no Paraguai, fronteira com Guaíra, no Brasil.

A Polícia Rodoviária Federal do Brasil também registrou apreensões, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Comparativo de drogas apreendidas pela Polícia Rodoviária Federal do Brasil

Drogas apreendidas	2009	2010	2011 (até 16.12)
Maconha	61,9 ton.	90,7 ton.	59,4 ton.
Crack	750 kg	1,15 ton.	2,1 ton.
Cocaína	3,7 ton.	5,3 ton.	5,8 ton.

Fonte: Polícia Rodoviária Federal, 2011.

Há um crescimento de apreensões da maconha, crack e cocaína de acordo com os dados da Polícia Rodoviária Federal, apesar da diminuição da maconha em 2011. Ressalta-se, no entanto, que o ano ainda não tinha findado.

Tanto o Quadro 1 como o Quadro 2 apresentam crescimento de apreensões da maconha e da cocaína. Quanto ao crack, houve uma diminuição de 3,754 kg em 2010 para 3,108 kg apreendidos em 2011 registrados pela Senad, conforme demonstra o Quadro 1.

A quase totalidade da droga traficada no Brasil tem como origem os países vizinhos e, como centros receptores, principalmente as regiões metropolitanas das grandes cidades, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, onde se encontram as maiores concentrações de usuários de drogas.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas (disponível em <www.unodc.org>), lançado em junho de 2011 pelas Nações Unidas, os mercados globais de cocaína diminuíram ou se mantiveram estáveis. No ano de 2010, por exemplo, a área total do cultivo de coca apresentou uma redução de 18% em relação ao ano de 2007, totalizando 149 000 mil hectares plantados. Em

termos de produção de cocaína, houve uma redução de cerca de 1/6, tendo em vista a considerável diminuição da área plantada na Colômbia. Cabe ressaltar, no entanto, ainda de acordo com o Relatório das Nações Unidas, que houve aumentos na produção no Peru e na Bolívia.

Apesar da pequena diminuição e/ou estabilidade na soma total de área plantada de coca no mundo, a produção ainda apresenta uma quantidade e extensão consideráveis, constituindo uma atividade ilegal que movimentava milhões em dinheiro todos os anos e que afronta a segurança e o poder dos Estados Nação. De acordo com o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas - ONU (1994 apud CASTELLS, 2003):

O crime organizado transnacional, capaz de ampliar o campo de actuação das suas actividades e comprometer a segurança e as economias de países inteiros, especialmente dos em desenvolvimento ou em fase de transição, representa uma das maiores ameaças contra os governos que visam assegurar a sua própria estabilidade, a segurança de seu povo, a manutenção de toda a estrutura da sociedade e a viabilidade e continuidade do desenvolvimento das suas economias. (p. 207).

Recentemente, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) lançou os dados da pesquisa “A Presença do Crack nos Municípios Brasileiros” (disponível em <<http://www.cnm.org.br>>), que foi realizada em 4,4 mil municípios brasileiros. A pesquisa divulga um crescimento no consumo de crack em todo o país, onde 90,7% dos municípios pesquisados consideram o crack como problema a ser enfrentado. Além disso, a pesquisa também mostra que o crack está sendo usado para substituir o álcool em muitos municípios pequenos e nas áreas rurais: “Em algumas regiões canavieiras, por exemplo, os trabalhadores que fazem o corte manual da cana usam crack para produzir mais” (PARA ABAFAR, 2011).

Outros pontos levantados pela pesquisa com relação aos problemas causados pela presença do crack nos municípios brasileiros dizem respeito aos impactos causados no sistema de saúde pública, tendo em vista que cerca de 63,7% dos municípios pesquisados sofrem consideráveis impactos nesse setor; outra questão apontada é a falta de controle das fronteiras do país, pois, de acordo com a pesquisa, “[...] o efetivo policial é pequeno, mal remunerado e pouco treinado para enfrentar a dinâmica do tráfico de drogas [...]”; para além desses fatores, outro também destacado é a falta de fiscalização junto às indústrias produtoras de insumos utilizados no preparo do crack.

Os dados dessa pesquisa realizada pela CNM ratificam que o uso de drogas, principalmente do crack, cresceu consideravelmente. Cabe destacar que é o consumo que movimentava e faz crescer a produção e o tráfico de drogas. Conforme destaca Castells (2003), a falta de visão política e a moralidade muitas vezes distorcida não permitem à sociedade entender o âmago da questão: a procura comanda a oferta.

O referido autor coloca ainda que

A causa do vício das drogas e, conseqüentemente, da maioria dos crimes cometidos no mundo reside nos danos psicológicos infligidos às pessoas pela via quotidiana de nossas sociedades. Assim, num futuro previsível, haverá um consumo maciço de drogas, a despeito dos mecanismos de repressão existentes. E o crime organizado global encontrará formas de responder a essa procura, transformando-a sempre em negócio altamente lucrativo e na principal causa da maioria dos outros crimes. (CASTELLS: 2003, p. 218).

Tendo por base essa premissa apontada por Manuel Castells, percebe-se que a ilegalidade na fronteira possui uma logística de integração que a fortalece. Além disso, a droga que é traficada dos países vizinhos para o Brasil possui inúmeras formas de chegar até seu destino, criando novas rotas e formas de transporte sempre que se fizer necessário para burlar a fiscalização. Tal afirmativa pôde ser constatada através da realização de entrevistas com os então delegados de Polícia Federal Rivaldo Venâncio (da delegacia de Cascavel, entrevistado em 5 de março de 2012), Guilherme

Monseff de Biagi (da delegacia de Foz do Iguaçu, entrevistado em 13 de março de 2012) e Ricardo Cubas César (da delegacia de Guaíra, entrevistado em 20 de março de 2012).

Acompanhando notícias na imprensa escrita, é possível verificar que algumas das formas de transporte da droga traficada se dão em carretas, ônibus, carros e barcos. Nesse caso, de acordo com os delegados mencionados, considerando o pequeno efetivo policial que trabalha nas aduanas e ao longo de toda a fronteira, torna-se praticamente impossível revistar todos os veículos e pedestres que transitam diariamente pela fronteira.

Além dessas, outra forma bastante utilizada para atravessar a droga, de acordo com os delegados, é o contrabando “formiga”, onde o indivíduo (atravessador) leva pequenas quantidades (daí o nome formiga) de drogas escondidas no corpo, de um lado para o outro da fronteira. Em alguns casos, os “formigas” chegam a engolir a droga em cápsulas para dificultar a apreensão.

Enquanto as ações dos traficantes são articuladas entre um lado e outro da fronteira, as ações de contenção ao tráfico nem sempre possuem integração, sendo que, muitas vezes, a burocracia das leis e as convenções dos Estados favorecem a atividade ilegal. Um exemplo disso é que grande parte das apreensões de drogas no Brasil não é qualificada como tráfico internacional, como coloca policial federal entrevistado em outubro de 2011 (o policial federal entrevistado tem aqui a sua identidade preservada), sendo que, pela lei, de acordo com o policial, só recebe denominação de tráfico internacional a droga que é apreendida na linha de fronteira, no limite (ex: Lago de Itaipu e Ponte da Amizade), realidade que nem sempre pode ser efetivada, pois grande parte da droga apreendida se dá no interior do território nacional. Nesse caso, as convenções da legislação, mesmo que indiretamente, “ajudam” os traficantes, uma vez que a pena e a rigorosidade do processo é muito menor para tráfico nacional em relação ao internacional.

Outra questão diz respeito à relação entre os órgãos de segurança do Paraguai e do Brasil, pois, embora haja cooperação entre eles, existem também conflitos, e esses conflitos desfavorecem a integração desses países na contenção da atividade ilegal. Desde 2010 ocorreram vários conflitos entre a Polícia Federal do Brasil e a Marinha Paraguaia, os quais foram noticiados pela imprensa escrita e confirmados pelos delegados entrevistados. Tais situações ocorreram pelo fato de os agentes paraguaios agirem no sentido de proteger e de recuperar mercadorias ilícitas de contrabandistas e traficantes, segundo depoimentos de policiais federais do Brasil, tanto de Guaíra como de Foz do Iguaçu, na fronteira.

De acordo com os delegados, várias reuniões já foram realizadas com representantes das entidades do Paraguai e do Brasil para solucionar tais impasses, no entanto problemas sempre existirão, já que o contrabando só é considerado crime quando entra no território brasileiro, visto que, quando ainda está em território paraguaio não é considerado crime.

Há, assim, a necessidade de ações conjuntas e integradas de organismos federais de ambos os países no combate ao tráfico de drogas.

O COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

No que diz respeito à produção de drogas, de acordo com os delegados entrevistados, enquanto a cocaína e o crack, derivados da folha da coca, têm como principais produtores a Colômbia, o Peru e a Bolívia, o Paraguai se destaca como um dos maiores produtores da maconha, como já dito anteriormente, sobretudo na fronteira com o Brasil.

De acordo com o juiz federal Odilon de Oliveira, quem trabalha nas plantações de maconha no país vizinho são, em geral, pequenos produtores paraguaios que encontram na atividade uma fonte de renda, no entanto os líderes que comandam a produção são, quase na totalidade, brasileiros.

A maior parte da maconha produzida no Paraguai abastece as chamadas “bocas de fumo” no Brasil, principalmente das grandes capitais, destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, como já mencionado anteriormente.

Segundo depoimento do HCT, agricultor da região do Lago de Itaipu, em entrevista ao Jornal

Gazeta do Povo, em novembro de 2011, referindo-se ao tráfico de drogas e ao contrabando na fronteira, “o problema começou a surgir depois da formação do Lago de Itaipu”. E ainda reforça que hoje falta muita mão de obra no campo devido ao fato de que muitos agricultores e filhos maiores desses agricultores julgarem muito mais compensatório trabalhar na atividade ilegal, onde a lucratividade atinge, em geral, o dobro do que se ganha pelo trabalho no campo, e que, apesar de o risco ser grande, o lucro é muito maior. Ainda durante a entrevista, o agricultor coloca que o “pacto do silêncio” é uma realidade. Diz ele: “O problema existe sim, mas os produtores não querem falar porque temem pela própria segurança e da família. Preferem ficar quietos”. (GAZETA DO POVO, 2011)

De acordo com depoimento de policial federal em outubro de 2011, não é possível fiscalizar todo o Lago 24 horas por dia. Ao longo de toda a sua extensão, a quantidade dos portos clandestinos é muito grande, e sua multiplicação funciona como num ciclo, enquanto alguns portos são desmantelados pela Polícia Federal, outros são criados, realimentando a atividade, tornando-se difícil quantificá-los.

O combate ao tráfico de drogas perpassa escalas de atuação para além da simples repressão à atividade, tornando-se necessárias ações diretas no destino final da droga, o usuário. Mesmo assim, no entanto, ações repressivas também são fundamentais para a contenção do tráfico e do contrabando. Os agentes da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) do Paraguai prenderam membros de quadrilhas importantes em 2011, alguns deles procurados pela Justiça do Brasil. É o caso de Alexander Mendes da Silva, o Polegar, considerado o segundo na hierarquia do Comando Vermelho (CV). Líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), que operavam principalmente na fronteira, também foram presos e mandados para o Brasil pelos paraguaios. De acordo com o depoimento do Delegado da Polícia Federal, Antonio Celso dos Santos, as características físicas da fronteira têm infligido muito trabalho aos policiais:

Conseguimos prender muita gente, como o Polegar. A operação tem focado muito a região de Pedro Juan Caballero e o que ocorre é que o pessoal desce para Salto del Guairá. Pretendemos aumentar o controle em Salto. Quando isso ocorrer, junto com o trabalho já realizado em Pedro Juan Caballero, eles vão descer para Ciudad del Este ou subir para Porto Murtinho. Trabalhamos com estas hipóteses. É jogo de gato e rato, mas vamos aumentar este controle porque o governo federal tem como prioridade este fortalecimento da fronteira. Isso já demonstra resultado, porque os bandidos estão como ratas procurando por onde passar esta droga. Ano que vem, com aumento da repressão, vamos ter resultados melhores. (QUANTIDADE DE MACONHA, 2011, p. 23).

Outras ações vêm sendo empreendidas por intermédio da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, com a instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada na Fronteira (GGIs).

Tais gabinetes começaram a ser instalados em abril de 2011, com três sedes, uma em Foz do Iguaçu e outras duas que estão previstas para serem instaladas em Guaíra e em Barracão (Disponível em: <<http://londrina.odiario.com/parana/noticia/412028/gabi-nete-de-gestao-integrada-reforca-seguranca-na-fronteira/>>. Acesso em: 30 abr. 2011). A instalação desses gabinetes busca, através da integração de ações de diversos órgãos de segurança, coibir a criminalidade na região de fronteira (Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1120730&tit=Parana-vai-coordenar-acoes-integradas-na-fronteira>>. Acesso em: 30 abr. 2011), o que significa garantir o combate ao tráfico de drogas, de armas, de roubo de cargas, contrabando, lavagem de dinheiro etc., na região de fronteira brasileira, no limite jurisdicional paranaense.

Outra ação que demonstra a preocupação com a questão da segurança na região de fronteira do Brasil, em especial com o Paraguai, é a criação do Batalhão de Fronteira. O governador do Estado do Paraná, Beto Richa (2011-2014), escolheu a cidade de Marechal Cândido Rondon-PR para sediar a instalação do Batalhão de Fronteira. Segundo ele, “[...] a cidade do oeste está em uma localização geográfica que abrange as rotas do crime na fronteira” (ESCOLHA, 2011). Para

o secretário de Segurança do Paraná, Reinaldo Almeida Cesar:

O Batalhão de Fronteira terá capilaridade por toda a região. Será um efetivo bem formado e treinado, com mobilidade e comunicação eficiente. A região é estratégica e será sempre preocupação permanente formar um cinturão de proteção nos municípios que têm fronteiras com outros países. (BATALHÃO DA FRONTEIRA, 2011).

De acordo com o então ministro da Justiça do Brasil, José Eduardo Cardozo: “[...] a atuação integrada de segurança pública no Paraná vai contar com a participação das Forças Armadas e terá aportes de sistemas de inteligência e outros instrumentos tecnológicos de ponta, como o Veículo Aéreo Não Tripulado (Vant)” (disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2011).

O Vant é um tipo de aeronave que pode voar automaticamente ou com uso de controle remoto, por até 37 horas, sem ser necessária a presença do piloto, e sua área de alcance é superior a mil quilômetros quadrados. Tal veículo passa a ser utilizado pela Polícia Federal para ações de controle, monitoramento e contenção ao tráfico e ao contrabando na região de fronteira brasileira.

O primeiro Vant foi lançado no mês de novembro de 2011 em São Miguel do Iguazu – PR, e está em operação na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, considerada pelo Estado prioritária ao combate de drogas.

A aeronave pode fotografar e filmar pessoas e objetos em alta resolução a uma grande distância, e sem o uso de piloto, o que garante maior segurança nas ações de combate ao tráfico e ao contrabando, sem colocar vidas humanas em risco. Se considerarmos que o Brasil possui aproximadamente 16 mil km de fronteira terrestre com outros países, o Vant representa uma nova tecnologia que pode trazer muitos benefícios às ações de combate empreendidas pelas forças de segurança.

Assim também há outras ações do Ministério da Integração Nacional voltadas para as áreas de fronteira, como a recente instalação, em novembro de 2011, do Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado, através de decreto assinado em Foz do Iguazu.

Esse núcleo é resultado de um esforço de integração entre as esferas federal, estadual e regional para gerir e executar ações voltadas para o planejamento da região de fronteira, onde se localizam 140 municípios.

Considerando esse contexto, como demonstram as estatísticas e os estudos já empreendidos por diversos órgãos e autores, a produção, o tráfico e o consumo de drogas estão longe de se findar, pois, ao contrário, a tendência aponta para o aumento. O Estado tem, no entanto, empreendido ações repressivas e de combate ao tráfico, tendo em vista o desdobramento das redes de drogas ilícitas.

A repressão, por si só, sem considerar os demais elementos que estão envolvidos com o uso da droga, pode significar o fracasso de muitas das ações de repressão. O psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, Dartiu Xavier da Silveira, fez uma análise a respeito da ação policial do governo na chamada Cracolândia em São Paulo, publicada por Maria Inês Nassif, na publicação eletrônica multimídia Carta Maior. De acordo com o professor, o problema da Cracolândia é fundamentalmente social, “[...] o poder público partiu do princípio de que a droga colocou aqueles usuários em situação de miséria, quando na verdade foi a miséria que os levou à droga”.

Portanto, os usuários de drogas caem no vício, muitas vezes, porque o abandono social deles é uma realidade, e o uso de drogas uma consequência. Todos esses elementos devem ser considerados para que não ocorra a desqualificação da ação policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira, em especial o caso da fronteira entre Brasil e Paraguai, constitui-se em espaço privilegiado para os estudos geográficos, pois se concretiza em campos de força, de conflitos, de

solidariedade e de contradições onde se dá a sobreposição de vários territórios, destacando-se determinadas características peculiares, como a ilegalidade.

Outro aspecto é a integração existente entre as organizações ilegais na fronteira, permitindo o fortalecimento das redes do tráfico de drogas, enquanto que as ações desintegradas dos organismos de segurança do Brasil e do Paraguai não obtêm o mesmo êxito, e mesmo favorecem a ilegalidade.

A atividade de contrabando de drogas ilícitas possui inúmeros desdobramentos e consequências, e a criminalidade configura-se como umas das realidades da região de fronteira entre Brasil e Paraguai, constituindo e construindo uma complexa rede ilegal pelo território. É essa realidade que permite desenvolver estudos sobre a “geografia da droga” e/ou a “geografia das redes ilegais”.

Analisar e estudar o mercado da droga exige um amplo campo de reflexão, haja vista que sua movimentação não é apenas de escala local, mas transpõe outras escalas, em âmbito regional, nacional e internacional. Nesse sentido, medidas para combater o uso e o contrabando de drogas necessitam efetivamente de ações integradoras, tanto entre os Estados Nação como entre os Estados da Federação, já que o mercado das drogas possui uma extensa rede integrada entre eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHÃO DA FRONTEIRA terá 500 PMS até o final do ano. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/index.php?n=188600&t=batalhao-de-fronteira-tera-500-pms-ate-o-fim-do-ano>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – o fim do milênio**. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2003, vol. III.

CORRÊA, Roberto L. **Trajatórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRACK É USADO por miseráveis porque é barato. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19395&boletim_id=1107&componente_id=17588>. Acesso em: 15 jan. 2011

CRIME RECRUTA trabalhador de municípios lindeiros. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?tl=1&id=1191486&tit=Crime-recruta-trabalhador-de-municipios-lindeiros>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

DIAS, Leila C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ESCOLHA de Batalhão de Fronteira em Marechal Cândido Rondon é técnica, disse Richa. Disponível em: <http://www.radioculturafoz.com.br/web/noticia.php?cod_noticia=6565&>. Acesso em: 8 fev. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades**. Curitiba: IPARDES, 2008.

FURQUIM JUNIOR, Laércio. **Fronteiras terrestres e marítimas do Brasil: um contorno dinâmico**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo: Geografia, 2007.

MACHADO, Lia Osório. Região, fronteiras e redes ilegais: estratégias territoriais na Amazônia sul-americana. **Revista Italiana di Geopolítica**, nº 3, 2007.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MÉLO, José Luiz Bica de. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO, Iára R. et al. **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1997.

PARA ABAFAR a angústia e produzir mais, canavieiros buscam o crack. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 21 nov. 2011.

PESQUISA APONTA problemas com crack em municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

QUANTIDADE DE MACONHA destruída reduziu quase mil toneladas. Jornal O Presente. Marechal Cândido Rondon, 22 dez. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO MUNDIAL sobre drogas. Disponível em: <<http://www.unodc.org/southerncone/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SOUZA, Edson Belo C. de. Tríplice fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. **Revista Terra Plural**, vol.1, nº 1, 2009.

SOUZA, Edson Belo C.; GEMELLI, Vanderleia. Território, região e fronteira: análise integrada da fronteira Brasil/Paraguai. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), vol. 13, 2011.

Trabalho enviado em novembro de 2012

Trabalho aceito em janeiro de 2013